



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA A REALIZAR NO DIA
19 DE ABRIL DE 2016

N.º 09/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

	Pág.
1 – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas – 2015	4
2 – Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades mais Relevantes 2016 – Revisão	7
3 - Celebração de Protocolo entre o Município de Santa Marta de Penaguião e os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município	9
4 - Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais de Transportes Coletivos – Início do Procedimento	11
5 - Regulamento de Atribuição de Apoio aos Agregados Familiares Carenciados – Início do Procedimento	12
6 – Regulamento do Campo de Férias – Início do Procedimento	13
7 – Junta de Freguesia de Medrões – Pedido de Participação Financeira	14

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

8 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	15
--	----

Serviços de Tesouraria

9 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 01 a 14 de abril de 2016.....	15
---	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

10 - Protocolo de Sub-Delegação de Tarefas Ajudas e Apoios – Parcelário entre o Município de Santa Marta de Penaguião e a CONFAGRI	16
11 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Maria Ilda Gonçalves da Costa – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	17



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

12 – Plano de Transportes 2016/2017 – Abertura de Concurso Público – Circuitos Especiais.....	19
---	----

Serviço de Cultura

13 - Associações Desportivas e Culturais - Atribuição do Subsídio Anual	20
14 – Fábrica da Igreja de Cever – Pedido de Participação Financeira	22

Serviço de Desporto

15 - Realização da 1.ª Corrida de Montanha Santa Marta - Celebração de Protocolo com a Associação de Atletismo de Vila Real	22
16 – Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Participação Financeira	24

Serviço da Ação Social

17 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - Construção de Instalações - Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião - Pedido de Participação Financeira	24
---	----



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas – 2015

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2015, reflectem a actividade municipal desenvolvida, os recursos humanos e a situação económica e financeira do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Constituindo estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, procurando espelhar-se aquela que foi a actividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências. -----

----- Aqueles documentos encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de Fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL*, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de Agosto de 2001. -----

----- Conforme o estipulado no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015 e que se apresentam são os seguintes: -----

- Balanço
- Demonstração de resultados
- Mapas de execução orçamental:
 - Controlo orçamental (receita e despesa)
 - Resumo da Execução da Receita e da Despesa
 - Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos
 - Execução anual do Plano de Actividades Municipal
 - Fluxos de Caixa



- Contas de Ordem
- Mapa de operações de tesouraria
- Anexos às Demonstrações Financeiras
 - Demonstração dos resultados financeiros
 - Demonstração dos resultados extraordinários
 - Activo Bruto
 - Amortizações e Provisões
- Modificações do orçamento (despesa)
- Modificações do Plano Plurianual de Investimentos
- Modificações do Plano de Actividades Municipal
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Transferências correntes e de capital (receita e despesa)
- Empréstimos e outras dívidas
- Outros documentos

----- Deste modo, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à apreciação do Executivo: -----

----- a) A aprovação dos **Documentos de Prestação de Contas e Relatório** relativos ao ano financeiro de **2015**, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo; -----

----- b) A aprovação do resultado líquido do exercício e que o mesmo seja levado à Conta 59 – Resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL. -----

----- Em conformidade com o estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na sua actual redacção." --

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com a abstenção das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2015, de**



acordo com a proposta apresentada, e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação nos termos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- *“As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, relativamente ao ponto um da “Ordem do Dia”, Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas-2015, referiram que, embora as contas reflitam a estratégia definida pela maioria do Executivo aquando da definição do Orçamento para o ano de 2015, entenderam abster-se essencialmente devido a três razões. -----*

----- *A primeira razão diz respeito ao resultado líquido que, de forma continuada, se vem apresentado negativo, tendo triplicado de 2014 (-520 978,32 euros) para 2015 (-1.600.038 euros). Tal resultado penaliza, em conjugação com um agravamento do passivo, diversos indicadores da situação económico financeira, fragilizando a estrutura do ativo e dos fundos próprios. Traduz-se numa efetiva redução do grau de autonomia financeira do Município, passando de 73%, em 2014, para 67%, em 2015. Além disso, este fator reflete-se também numa continuada e acentuada diminuição real e perçecionada da capacidade do Município de liquidar as responsabilidades assumidas a médio e longo prazo, tendo o grau de solvabilidade passado de 438%, em 2009, para 269%, em 2014, e estando em 2015 em 207%. -----*

----- *A segunda razão concerne à constatação, pela empresa responsável pela Certificação Legal das Contas, que existe uma “insuficiente informação interna, quer sobre os critérios valorimétricos utilizados na valorização do imobilizado terminado quer sobre o grau de acabamento do imobilizado em curso, proveniente de exercícios anteriores à implementação do POCAL”, o que inviabilizou um parecer fundamentado e rigoroso da empresa sobre aspetos fundamentais*



como amortizações e subsídios para investimentos, bem como os seus consequentes efeitos nos resultados. -----

----- A terceira razão diz respeito ao grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que, embora seja de 78,49%, não ultrapassa os 57% quando se retira o impacto da construção da Escola. Sem por em causa a importância do investimento referido, não se pode deixar de registar a ausência de cumprimento de alguns investimentos previstos para as freguesias no PPI.” -----

**Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do
Plano Plurianual de Investimentos e Plano de
Actividades mais Relevantes 2016 – Revisão**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras de alteração e revisão. -----

----- O saldo final da gerência, que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso do exercício económico de 2015, encontra-se evidenciado no mapa de fluxos de caixa, documento que também reflecte a execução orçamental. -----

----- Após o apuramento do saldo da gerência anterior, pode ser utilizado como contrapartida do aumento global da despesa, resultando uma revisão orçamental, tal como se encontra estabelecido nos pontos 8.3.1.3. e 8.3.1.4. do POCAL, devendo respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, sendo que a sua utilização se trata de uma boa prática de gestão, sendo que a sua



não utilização poderia, eventualmente, conduzir num determinado momento do ano económico, que as despesas orçamentais executadas, fossem superiores às receitas orçamentais cobradas. Por outro lado, de acordo com as regras previsionais em vigor, as importâncias correspondentes às despesas com pessoal e às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, inscritas nos documentos previsionais para 2016, tiveram em conta as remunerações salariais em vigor à data da sua elaboração e as constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2015, respectivamente. -----

----- Considerando que o valor da retribuição mínima mensal garantida, as transferências financeiras a título de participação do Município nos impostos do Estado e a participação variável no IRS, sofreram alteração de acordo com o Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de Dezembro e com a Lei do Orçamento de Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março). -----

----- Considerando que o princípio do equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua actual redacção, se mantém assegurado; -----

----- Propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.2., 8.3.1.3 e 8.1.3.4. do POCAL: -----

----- 1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 – Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades mais Relevantes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e submeter à Assembleia Municipal ao abrigo da a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.** -----



**Celebração de Protocolo entre o Município de Santa
Marta de Penaguião e os Industriais de Transportes
em Automóveis Ligeiros de Passageiros do
Município**

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- Considerando que os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros (Táxis) podem desempenhar um papel importante para o Município e, por essa via para os munícipes designadamente através de:-----

----- a) Promoção publicitária nas viaturas de campanhas de sensibilização cívica, desenvolvidas pela Autarquia em matérias que respeitem à mudança de comportamentos, que resultem da aprovação pelos órgãos do Município;-----

----- b) Colaborar com a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em campanhas de monitorização de indicadores de qualidade de vida; -----

----- c) Comunicação de ocorrências da sinalização que se repercutem no tráfego, junto dos serviços da Câmara Municipal; -----

----- d) Comunicação de outras ocorrências na via pública, designadamente a queda de árvores, postes de iluminação, ruturas de águas, buracos na via pública, descargas ilegais de entulhos na via pública ou a existência de tampas de saneamento fora do local adequado;-----

----- Considerando que em 2013 a Câmara Municipal lançou a marca “Santa Marta” com a finalidade primordial de promover os produtos agrícolas locais e o turismo, e que nesta esteira, para efetivar essa promoção, alterou a data do feriado municipal (de 13 de janeiro) para o dia 29 de julho, como forma de homenagear a Padroeira da Região Demarcada do Douro, a Santa Marta; -----

----- Considerando que é essencial afirmar Santa Marta, como forma de modernizar e dinamizar as diferentes áreas económicas que merecem e necessitam de apoio e iniciativas, optou o Município por apostar num desenvolvimento das diversas áreas socioeconómicas, trabalhando em prol de um futuro mais profícuo para os seus munícipes; -----



----- Considerando que, ao dinamizar e expandir a marca “Santa Marta”, se procura desenvolver não só a economia local, como a cultura tradicional da região Demarcada do Douro, mormente a cultura penaguiense, bem como atrair o maior número de cidadãos para o setor do turismo, cujo crescimento se encontra em expansão; -----

----- Considerando que, com a divulgação da marca “Santa Marta” potencia-se, em larga escala, o desenvolvimento económico, social e cultural, fatores determinantes da qualidade de vida da população, investindo-se assim na fixação da população no Município, tal como do maior número possível de visitantes; -----

----- Considerando que os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município desempenham um importante papel no quotidiano das vilas e cidades, percorrendo diariamente diversas zonas do Município de Santa Marta de Penaguião e outros circunjacentes, alargando-se por vezes a diversas áreas a nível nacional, conseguindo, indubitavelmente, amplificar a divulgação da marca “Santa Marta” a um avultado número de cidadãos - munícipes e cidadãos circunvizinhos - sendo assim uma mais-valia para atingirmos níveis de eficácia e eficiência que nos garantam condições de sucesso; -----

----- Considerando que o protocolo a celebrar com os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município tem por finalidade a promoção publicitária e divulgação nas viaturas de transporte público coletivo, sendo colocado nas respetivas portas da frente o logotipo do Município de Santa Marta de Penaguião, através da marca “Santa Marta”, considera-se de relevância a contrapartida por essa divulgação, mediante a compensação financeira de 900,00€ (novecentos euros), cada, a vigorar pelo período de um ano, renovável por igual período, com um limite máximo de duas renovações. -----

----- Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo das alíneas c) e m) do nº 2 do art. 23º, conjugado com a alínea dd) do nº 1 do art. 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 69/2015, de 16 de junho delibere no sentido de: -----

----- a) Aprovar o pagamento pela contrapartida da divulgação da marca “Santa Marta”, mediante a afixação nos seus veículos do respetivo logotipo; -----

----- b) Aprovar a minuta do protocolo em anexo, relativo à cooperação entre este Município e os Taxistas do Município e autorizar a respetiva outorga.-----



----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o pagamento de 900,00€ (novecentos euros), por viatura, aos Industriais de Transporte em Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município, que pretendam aderir, pela contrapartida da divulgação da marca “Santa Marta”, nos termos da proposta, bem como a minuta do protocolo a celebrar, anexo à presente ata. -----

Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais de Transportes Coletivos
– Início do Procedimento

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que o **“Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais de Transportes Coletivos”** em vigor neste Município, se mostra desajustado face ao aumento dos pedidos de cedência das mesmas, entendeu-se ser de todo justificável elaborar novo Regulamento, no sentido de tornar mais transparentes e funcionais as normas reguladoras da utilização dos referidos veículos, tal como é de extrema relevância assegurar o caráter de acessibilidade na tramitação da cedência das respetivas viaturas. -----


----- Assim, face ao referido, propõe-se ao Executivo que delibere no sentido de: -----

----- a) Autorizar o início do procedimento de revisão do Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais de Transportes Coletivos do Município de Santa Marta de Penaguião; -----

----- b) Fixar uma data até à qual os interessados se possam constituir como tal e apresentarem os seus contributos e sugestões para a elaboração dos projetos de regulamentos; -----

----- c) Que, até à entrada em vigor da revisão do Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais de Transportes Coletivos do Município de Santa Marta de Penaguião, determine a manutenção em vigor do anterior Regulamento.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento de revisão do Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais de Transportes Coletivos do Município de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo de 10 dias uteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da informação dos serviços. -----



**Regulamento de Atribuição de Apoio aos Agregados
Familiars Carenciados – Inicio do Procedimento**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “ Considerando que o **“Regulamento de Atribuição de Apoio aos Agregados Familiares Carenciados”** em vigor neste Município, comporta algumas lacunas, que só com o decorrer do tempo foram emergindo e que urge colmatar, e considerando, ainda, a dissociação do regulamento relativo às bolsas de estudo e do regulamento de atribuição de apoio aos agregados familiares carenciados em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis do Município de Santa Marta de Penaguião, tornou-se premente a revisão a este Regulamento Municipal. -----

----- Com este Regulamento procura-se estabelecer as normas de candidatura e concessão destes apoios às famílias carenciadas do Município de Santa Marta de Penaguião, ficando assim a Câmara Municipal dotada de um instrumento legal que lhe permite regulamentar as questões mais pertinentes relativas a esta matéria. -----

----- Assim, face ao referido, propõe-se ao Executivo que delibere no sentido de: -----

----- a) Autorizar o início do procedimento de revisão do Regulamento de Atribuição de apoio aos agregados familiares carenciados em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis do Município de Santa Marta de Penaguião; -----

----- b) Fixar uma data até à qual os interessados se possam constituir como tal e apresentarem os seus contributos e sugestões para a elaboração dos projetos de regulamentos; -----

----- c) Que, até à entrada em vigor da revisão do Regulamento de Atribuição de apoio aos agregados familiares carenciados em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis do Município de Santa Marta de Penaguião, determine a manutenção em vigor do anterior Regulamento.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento de revisão do Regulamento de Atribuição de apoio aos agregados familiares carenciados em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis do Município de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo**



de 10 dias uteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da informação dos serviços. -----

Regulamento do Campo de Férias

– Início do Procedimento

----- 6 – Presente à reunião, proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

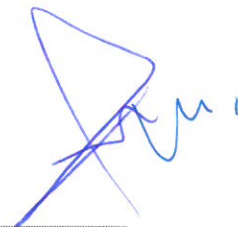
----- “A mudança que se tem vindo a verificar no contexto sócio-familiar tem contribuído para o aumento das dificuldades de acompanhamento das crianças e jovens, pelas respetivas famílias, essencialmente durante o período em que decorrem as férias escolares. Tendo por base esta nova realidade social, torna - se necessário o contributo do Município de Santa Marta de Penaguião na organização de atividades de carácter educativo, desportivo, recreativo e cultural destinada exclusivamente a grupos de jovens. Este Programa visa, essencialmente, contribuir para a formação integral das crianças e jovens, proporcionando-lhes a oportunidade do exercício e prática de diversas modalidades, constituindo, assim, um importante fator de desenvolvimento sociocultural, prevendo, ainda, a conciliação entre a vida familiar e profissional das famílias. -----

----- O Decreto -Lei n.º 32/2011, de 7 de março estabelece as normas reguladoras da atividade dos campos de férias, impondo o licenciamento obrigatório de todas as entidades organizadoras dos mesmos, bem como a constituição de um registo dessas entidades pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, com a finalidade de aumentar, quer o controlo, quer o conhecimento efetivo desta atividade, sendo para tal necessária a elaboração de um regulamento que estabeleça as regras gerais a observar nos campos de férias organizados pelo Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Assim, face ao referido, propõe-se ao Executivo que delibere no sentido de: -----

----- a) Autorizar o início do procedimento da criação do Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião; -----

----- b) Fixar uma data até à qual os interessados se possam constituir como tal e apresentarem os seus contributos e sugestões para a elaboração dos projetos de regulamentos. -----



----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento para a elaboração do Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo de 10 dias uteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para o projeto de regulamento, nos termos da informação dos serviços. -----

Junta de Freguesia de Medrões

- Pedido de Comparticipação Financeira

----- 7 - Presente à reunião ofício da Junta de Freguesia de Medrões, registado sob o n.º 778, de 15 de abril de 2016, a informar que pretendem realizar obras no Cemitério da Freguesia, designadamente, construção e pintura dos muros envolventes, dos muros interiores e pavimentação dos passeios. -----

----- Estando a obra orçada em 24.310,00€ (vinte e quatro mil, trezentos e dez euros), e atendendo a que a Junta de Freguesia não tem capacidade financeira para concretizar tal investimento, solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira por forma a melhorar o espaço. -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, sob a forma de proposta, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 24.310,00€ (vinte e quatro mil, trezentos e dez euros), à Junta de Freguesia de Medrões, bem como a minuta do contrato a celebrar, anexo à presente ata e submeter à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei. -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados nos mês de **março de 2016**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Serviços de Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 01 a 14 de abril de 2016

----- 9 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 01 a 14 de abril de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	15/04/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		333 230,81	Despesas Orçamentais (*)		1 606 714,82
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	1 243 240,93	
Operações de tesouraria	178 690,44		Capital	363 473,89	
			(*) Compromissos	5 899 261,76	
Receitas Orçamentais		1 925 576,00	Operações de tesouraria		100 227,28
Correntes	1 569 587,13		Saldo para o dia seguinte:		655 126,84
Capital	355 988,87		Execução orçamental	473 401,55	
Operações de tesouraria		103 262,13	Operações de tesouraria	181 725,29	
Total		2 362 068,94	Total		2 362 068,94

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Protocolo de Sub-Delegação de Tarefas Ajudas e Apoios – Parcelário entre o Município de Santa Marta de Penaguião e a CONFAGRI

----- 10 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento -----

----- No âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), assumem grande relevância os apoios, comunitários e dos Estados Membros, concedidos, quer para apoio ao rendimento dos Agricultores, quer para a promoção de políticas e medidas de desenvolvimento rural. -----

----- No actual quadro regulamentar do financiamento da Política Agrícola Comum, o organismo interlocutor responsável pela gestão e pela aplicação das medidas de apoio ao desenvolvimento agrícola e pelos pagamentos das respectivas ajudas e prémios, é o IFAP. -----

----- Prossequindo as medidas de descentralização dos serviços públicos, em especial para o sector agrário, o IFAP delegou nas organizações de agricultores, de tarefas e competências para a execução das funções inerentes às ajudas e apoios financeiros no quadro da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas. -----

----- Assim, neste âmbito, e com os objectivos referidos, cabe à CONFAGRI, ser parceiro social agrícola, em Protocolo com o IFAP, visando igualmente o aumento da eficácia, da eficiência e da qualidade na prestação dos serviços destinados ao processamento e ao pagamento das ajudas e apoios, potenciando as vantagens que advêm da proximidade das organizações cooperativas agrícolas – e de outras organizações agrícolas que com elas colaboram - com os agricultores e as suas explorações. -----

----- Ora, tendo em conta o enquadramento legislativo (Despacho n.º 4615/2016 do Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural referente à conceção de apoios aos viticultores afetados pelas intempéries de 12 a 15 de Fevereiro) e a vontade do Executivo Municipal apoiar tecnicamente os Municípios na elaboração das candidaturas referentes à Acção 6.2.2 “Reposição do potencial produtivo”, mais concretamente, na reposição de muros, a



decorrer de 15 a 30 de Abril do presente ano, surge a necessidade de formalizar o protocolo de parceria com a CONFAGRI. -----

----- Com a formalização do protocolo o Município passa a dispor de apoio técnico e de acessos autorizados pelo IFAP para a gestão de candidaturas e parcelários sem qualquer custo associado. -----

----- II – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, em coerência com as razões de facto enunciadas, proponho que, o Executivo Municipal, autorize, a celebração do protocolo entre o Município e a CONFAGRI e que faz parte integrante da presente proposta.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a celebração do protocolo entre o Município e a CONFAGRI, anexo à presente ata. -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no
artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente:
Maria Ilda Gonçalves da Costa – União de Freguesias de
Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane**

----- 11 – Presente à reunião requerimento da Senhora Maria Ilda Gonçalves Costa, na qualidade de co-proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “ 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, a Sr.ª Maria Ilda Gonçalves da Costa, na qualidade de co-proprietária, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----

----- - prédio rústico, sito no lugar da Quelha, com a área de 3656 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 356-2A, da União de Freguesias Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 475. ----



----- **2. PARECER** -----

----- **2.1. Enquadramento do pedido na Lei** -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 91/95, de 2/9, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de propriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- **2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial** -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extratos se encontram anexos, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
356-2A	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços de Expansão predominantemente habitacional de nível II

----- **2.3. Especificidades do pedido** -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente ampliar o n.º de compartes na proporção 1/4 indiviso no prédio rústico infra para o donatário Richard Maurice Ernest Laville. -----

----- **3. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a ampliação do n.º de compartes no artigo 356-2A, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende



abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável ao aumento do número requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Educação**

Plano de Transportes 2016/2017 – Abertura de Concurso

Público – Circuitos Especiais

----- 12 – Presente à reunião informação dos Serviços de Educação, com o seguinte teor: -----

----- "Tendo por base a informação recebida do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, foi elaborado o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2016 / 2017 que será igual ao em curso no presente ano, composto por 18 circuitos: -----

----- Circuito 1 e 2 servidos por Empresas de Transporte, poderão ser efetuados em carreira pública; -----

----- Circuito 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14 e 18 tendo em conta o ano em curso poderão ser efetuados em veículos da Câmara Municipal; -----

----- Circuito 5, 6, 7, 11, 12, 15, 16 e 17 deverão ser efetuados em circuito especial, viaturas das Juntas de freguesia ou outras. -----

----- O agrupamento referencia um aluno da localidade de Moura Morta, a transportar para o Pré-escolar de S. João de Lobrigos. Caberá ao executivo, permitir o seu transporte, podendo o aluno ser integrado no circuito especial nº 17. -----

----- Assim, o presente Plano de Transportes, tendo em conta as alterações que se entender necessárias, deverá ser aprovado pelo Executivo Municipal e o mesmo ser dado a conhecer ao



Conselho Municipal de Educação, conforme o ponto 3, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro. -----

----- De acordo com o mesmo Decreto-Lei nos pontos 2 e 3 do artigo 15º deverá proceder à abertura de concurso público para os circuitos especiais que entender por convenientes.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o Plano de Transportes para o ano letivo 2016/2017, bem como, permitir a integração do aluno da localidade de Moura Morta na rede de transportes do concelho e autorizar a abertura do concurso público, nos termos da informação dos serviços.** -----

Serviço de Cultura

Associações Desportivas e Culturais

- Atribuição do Subsídio Anual

----- 13 – Presente à reunião, proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A agenda cultural de um Concelho diz muito acerca do mesmo e das suas gentes. -----

----- Não obstante ainda não termos o público desejado, o planeamento e a realização de várias ações culturais, nos vários espaços do Município, continuam a ser uma constante, privilegiando-se a qualidade e a diversidade.-----

----- Para estas ações os nossos grupos culturais, recreativos e desportivos têm sido parceiros indispensáveis e de mais-valia.-----

----- Se associarmos este facto à atividade que os mesmos exercem fora do concelho e que leva o nome de SANTA MARTA, para os mais diversos locais, facilmente entendemos que os valores financeiros atribuídos a estas associações são verdadeiramente aquilo que em tempos o nosso Presidente da Câmara – Dr. Luís Machado – designou como **investimento**.-----

----- Desta feita, para este ano que já iniciou há 4 meses, e para os grupos e associações do nosso concelho que não cessaram a sua atividade, proponho ao executivo Municipal, para o ano de 2016, a seguinte atribuição de subsídios, a pagar em 2 tranches, nos termos das alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 09 de 19 de abril de 2016



----- Associação de Caça e Pesca de Penaguião	1.100,00€
----- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Cumieira	900,00€
----- Associação Desportiva e Cultural de Paradela do Monte	600,00€
----- Banda de Musical da Cumieira	3.850,00€
----- Grupo Cultural “Os Medroenses”	2.500,00€
----- Centro Cultural e Desportivo de São João de Lobrigos	2.500,00€
----- Centro Cultural e Desportivo de Alvações do Corgo	1.200,00€
----- Centro Cultural e Desportivo de Fontes	550,00€
----- Associação Padre Joaquim.....	450,00€
----- Grupo de Cantares “ Socalcos do Corgo”	900,00€
----- Grupo Cultural e Desportivo de Sever	900,00€
----- Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos	900,00€
----- Grupo Regional Terras de Penaguião	900,00€
----- Grupo Cultural e Recreativo G.P.	900,00€
----- Grupo de Jovens Raios de Sol.....	900,00€
----- Rancho Folclórico “ Os Romeiros de S. Miguel”	2.500,00€
----- Tuna de Carvalhais	850,00€
----- Tuna de Soutelo.....	850,00€
----- Sanhoanense Sport Clube.....	550,00€
----- Grupo Etnográfico de Soutelo.....	550,00€
----- Centro Cultural e Desportivo de Fiolhais.....	450,00€
----- Associação Penaguião em Movimento	550,00€
----- Grupo de Bombos de Santa Marta de Penaguião	600,00€

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir os subsídios aos grupos culturais do concelho, a pagar em duas tranches, nos termos da proposta. -----**

----- **A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, ausentou-se da reunião aquando da discussão e votação da atribuição do subsídio à Associação Penaguião em Movimento. -----**



**Fábrica da Igreja de Cever – Pedido de
Comparticipação Financeira**

----- 14 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de Cever, registado sob o n.º 726 de 08 de abril de 2016, com o seguinte teor: -----

----- “ Tendo a Junta da Freguesia de Sever procedido ao arranjo urbanístico do Largo da Igreja Matriz de Cever, dando maior beleza e asseio pareceu oportuno, da parte da Fábrica da Igreja, colocar no mesmo uma imagem em granito do Padroeiro – Stº Adrião. -----

----- A ideia foi bem aceite pela Junta da Freguesia.-----

----- Face ao exposto, mandámos fazer uma imagem de Stº Adrião, tendo como modelo a que se encontra no interior da Igreja. O seu custo é de mil e setecentos euros (1.700,00€). -----

----- Vimos assim, rogar a V. Ex.ª Senhor Presidente, a participação financeira para o pagamento da referida imagem.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 1.700,00€ (mil e setecentos euros), à Fábrica da Igreja de Cever.**

Serviço de Desporto

Realização da 1.ª Corrida de Montanha Santa Marta

**- Celebração de Protocolo com a Associação de
Atletismo de Vila Real**

----- 15 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador José Manuel Moreira, com o seguinte teor: -----

----- “Constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do desporto e tempos livres, tal como se encontra estipulado no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Para a sua concretização, é vontade do Município, integrar o atletismo nas modalidades desportivas que promove, sendo que a realização de uma prova de atletismo poderá contribuir,



não só para a divulgação da modalidade, mas também para convidar a população a associar-se à prática desta modalidade. -----

----- Considerando que se pretende também projetar o Concelho para além das suas fronteiras, em termos regionais e nacionais, sendo o desporto uma das formas de o fazer, através da realização de eventos desportivos, designadamente, na modalidade de atletismo, já que tem pergaminhos a nível nacional. -----

----- Considerando que esta modalidade já teve no passado recente uma assinalável projeção no panorama desportivo no nosso concelho. -----

----- Neste contexto, pretende-se organizar uma prova de atletismo, denominada **“1ª Corrida de Montanha Santa Marta”**, em colaboração com a **Associação de Atletismo de Vila Real**, que assegurará a direção técnica e administrativa da prova, a promoção e a divulgação da mesma junto dos clubes e atletas seus associados e de todas as Associações de Atletismo do País, bem como a disponibilização dos juizes de prova, diversos materiais, nomeadamente, dorsais, troféus, t-shirts, água, fruta e outros produtos de restabelecimento físico aos participantes e a elaboração e aprovação do respetivo regulamento. -----

----- Ao Município caberá obter as autorizações administrativas necessárias, disponibilizar os meios de socorro necessário, sinalizar o percurso e colocação de gradeamento de proteção na partida, na meta e demais locais em que se torne necessário, disponibilizar o pavilhão gimnodesportivo, garantir o transporte dos atletas, nos termos que venham a ser tidos por convenientes e promover a animação junto do local da partida e meta. -----

----- Assim, propõe-se ao Executivo Municipal, que delibere: -----

----- 1 – Aprovar, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a concessão de um apoio financeiro à Associação de Atletismo de Vila Real, no montante de 1.800,00 euros, destinado a participar nas despesas com a direção técnica, administrativa e dos juizes da prova, bem como para a aquisição dos troféus, t-shirts, água, fruta e outros produtos de restabelecimento físico. -----

----- 2 – Aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre o Município e a Associação de Atletismo de Vila Real, cuja minuta se anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no valor de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), à Associação de Atletismo de Vila Real, bem como a minuta de protocolo, anexo à presente ata. -----**



**Associação Clube de Veteranos do Concelho
de Santa Marta de Penaguião – Pedido de
Comparticipação Financeira**

----- 16 – Presente à reunião ofício da Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião, registado com o n.º 760, de 13 de abril de 2016, a informarem que vão participar num torneio de futebol organizado pelos emigrantes. -----

----- Tendo em conta que a equipa tem percorrido Portugal e divulgado o nome do Concelho, as suas tradições, gastronomia e cultura, solicitam à Câmara Municipal uma participação financeira para minimizar as despesas inerentes à participação no referido torneio. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 1.250,00€ (mil e duzentos e cinquenta euros) à Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião. -----**

Serviço da Ação Social

Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento

- Construção de Instalações - Zona Oficinal de Santa

Marta de Penaguião

- Pedido de Participação Financeira

----- 17 - Presente à reunião ofício da, registado com o n.º 732, de 11 de abril de 2016, a solicitarem uma participação financeira no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros), para pagamento dos encargos com o projeto de arquitetura, especialidades e acompanhamento da obra de construção de instalações, nos lotes 9 e 10 que lhe foram atribuídos na Zona Oficinal de Santa Marta de Penaguião. -----

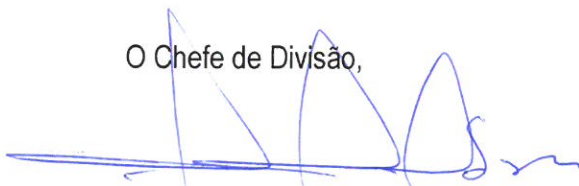
Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 09 de 19 de abril de 2016

----- Informam que esta obra irá melhorar substancialmente as condições de trabalho e formação, em conformidade com as exigências da DGERT (Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho). -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor 10.000,00€ (dez mil euros) à Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)